

A MEMÓRIA E O CIDADÃO

Camila Schwinden Lehmkuhl
Estudante do Curso de Arquivologia da
Universidade Federal de Santa Catarina
E-mail: camila.Lehmkuhl@gmail.com



Obra resenhada:

BIAVASCHI, Magda Barros; LÜBBE, Anita; MIRANDA, Maria Guilhermina. **Memória e Preservação de Documentos: Direitos do Cidadão**. São Paulo: LTR, 2007

Magda Barros Biavaschi formou-se em 1972 no curso de Bacharelado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Concluiu seu mestrado em Direito no ano de 1997 pela Universidade Federal de Santa Catarina. É Doutora desde 2005 em Economia Aplicada pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas e atualmente está fazendo seu Pós-Doutorado na UNICAMP, com pesquisa sobre A Justiça do Trabalho e a Terceirização.

Anita Lübbe é juíza da Vara do Trabalho de Guaíba, titular da 13ª Vara de Porto Alegre, e também membro do Memorial do TRT (Tribunal Regional do Trabalho).

Maria Guilhermina Miranda foi Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região no ano de 2006. E é integrante titular da Comissão Coordenadora do Memorial da Justiça do Trabalho do Rio Grande do Sul.

O livro “Memória e Preservação de Documentos” traz um abrangente estudo sobre a memória e preservação de documentos ligados principalmente a justiça do trabalho e todas as suas mudanças, períodos e momentos pelos quais a sociedade brasileira passou quando a mesma foi criada. Encontra-se dividido em três partes, composta por artigos escritos por magistrados do Tribunal do Trabalho presentes no I Encontro de Memória da Justiça do Trabalho, realizado em novembro de 2006 na cidade de Porto Alegre-RS.

A primeira parte contempla a fala do Ministro José Luciano Pereira. Em seguida é apresentado por Ângela Maria de Castro Gomes um breve estudo histórico, feito por meio de fontes orais e pesquisa em arquivos da Justiça do Trabalho e a importância dela para toda a sociedade. Fernando Teixeira da Silva, do Departamento de História da UNICAMP, traz a tona uma análise sobre a importância dada aos arquivos na maioria das varas da Justiça do Trabalho no Brasil que deixam seus arquivos muitas vezes lugares impróprios (banheiros dos edifícios) e conseqüentemente desconhecem a importância e o valor que os mesmos possuem. Ele coloca também a questão da guarda e eliminação dos documentos, pois nem tudo precisa ser guardado, porém nem tudo também deve ser eliminado, afirmando “Perdemos os documentos duas vezes: quando ele é destruído e quando desprezamos sua perda” (p. 40).

A segunda parte é composta por oito artigos, maioria relatos de experiência de projetos desenvolvidos nos Tribunais Regionais do Trabalho. O primeiro é baseado na tese de doutoramento de Biavaschi com o tema: “Direito do Trabalho no Brasil – 1930-1942: a construção do sujeito de direitos trabalhistas”. A autora apresenta neste capítulo um conciso histórico sobre a construção da justiça do trabalho no Brasil e o contexto socioeconômico para sua criação com ênfase na Era Vargas, e assim como foi realizada essa pesquisa que tanto necessitou das mais variadas fontes históricas de informação.

O segundo texto diz respeito a Tabela de Temporalidade da Justiça do Trabalho, sua criação através da Resolução n. 14 do CONARQ, como é constituída, seus problemas e formas de melhoria e atualização da mesma.

O capítulo “Estratégias de preservação, pesquisa e exposições no acervo histórico da Justiça do Trabalho: a experiência do memorial da Justiça do Trabalho no RS” apresenta um relato de experiência de um projeto de preservação, pesquisa e exposição aplicado ao Memorial da Justiça do Trabalho no Rio Grande do Sul e as etapas, como: diagnóstico do acervo; critérios

pra seleção dos documentos históricos; sensibilização e conscientização da comunidade envolvida; pesquisa bibliográfica; e a preservação de documentos digitais.

O próximo texto intitulado “Espaço memória” é um relato sobre a criação de um local dentro do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) para conservação e disponibilização de peças de valor histórico para o tribunal, tanto no espaço físico quanto no virtual. De modo geral esta segunda parte do livro apresenta relatos sobre projetos que são desenvolvidos por magistrados da Justiça do Trabalho, preocupados em guardar, conservar e preservar a história e a memória.

A terceira parte do livro é composta pelo encerramento do evento, no qual a juíza Beatriz Zoratto Sanvicente, faz menções aos fatos apresentados e discutidos durante o evento, principalmente com relação a Gestão Documental composta pela Tabela de Temporalidade do TRT, plano de classificação, e decisão de guarda ou eliminação dos documentos. E para que essa atividade seja desenvolvida recomenda-se criar uma comissão dentro de cada Tribunal Regional.

Após a leitura do presente livro, foi possível perceber a importância dos documentos nas esferas governamentais da área jurídica. Notam-se poucos trabalhos realizados quanto a preservação, conservação e gestão documental dentro dos Tribunais Regionais do Trabalho. É uma iniciativa positiva quanto aos cuidados com a memória e a história da institucional.

A obra apresenta várias experiências enriquecedoras na formação profissional. É escrito de forma simples e de fácil entendimento. Livro indicado como leitura para diversos cursos, entre os quais: história, museologia, biblioteconomia, direito, administração.

Originais recebidos em: 22/11/2009

Aceito para publicação em: 19/12/2011

Publicado em: 28/12/2011